

PRÁXIS E FORMAÇÃO HUMANA: A CONCEPÇÃO “INTEGRAL” DE GRAMSCI

Giovanni Semeraro
Universidade Federal Fluminense UFF/RJ

1. Partir da “filologia vivente” do nosso tempo

Não posso abordar o tema que me foi designado sem levar em consideração a realidade dramática que estamos vivendo no Brasil e que vem se precipitando nesses últimos meses. Parto dessa premissa, porque, se formos fieis ao espírito do legado deixado por Gramsci, a compreensão do seu pensamento ou dos seus conceitos não pode se limitar a análises técnicas e teóricas, mas, conforme ele apontou, precisa tornar-se uma “filologia vivente” (Q 11, §25, p. 1430)¹, ou seja, um estudo rigoroso do texto indissociavelmente vinculado às necessidades históricas e aos “problemas postos pela realidade, que são bem determinados e ‘originais’ na sua atualidade” (Q 11, §12, p. 1377). Procurarei, portanto, interpretar “práxis e formação humana” frente à crise que abala o Brasil e às lutas empreendidas pelos movimentos sociais e as organizações políticas populares contra a mais destruidora ofensiva desferida pela recrudescência do neoliberalismo.

Como é notório, nesta última década, a crise do capital eclodida nos países centrais e no coração do sistema financeiro foi se alastrando pelo mundo com repercussões trágicas e atingiu duramente também o Brasil. Embora esse desastre esteja sendo debitado na conta dos países mais vulneráveis e dos setores sociais desprotegidos, nunca é demais enfatizar que a sua origem reside principalmente na falência da “ordem mundial” e na oligarquia nacional associada à insanidade de um capitalismo em desespero, consciente de que os espaços para se reproduzir e expandir se encolheram. Não só o planeta está sendo levado ao limite do esgotamento dos seus recursos, mas estão se exasperando também as formas de exploração do trabalho e de privatização, enquanto, por toda parte, aumentam levantes populares que reivindicam a distribuição das riquezas e a concretização dos direitos universais. Posto em evidência por diversos autores, o aprofundamento das “contradições do capital”² vem gerando um insustentável quadro de “desordem mundial”³. A destruição

¹ Gramsci, A., *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana, 4 vols, Torino, Einaudi, 1975. No corpo do texto, esta obra é citada com o símbolo Q, seguido pelo número do caderno, pelo número do parágrafo e da página da edição italiana, dados que permitem a localização na edição brasileira.

² Harvey, D., *17 contradições e o fim do capitalismo*, Boitempo, São Paulo, 2016.

de inteiras nações pela indústria da guerra e o terrorismo, o loteamento da África e as gigantescas ondas migratórias, a austeridade fiscal imposta a países fragilizados e o retrocesso social na América Latina provam amplamente “o império do caos” instalado no mundo. Um dos sintomas dessa situação é o pavoroso aparato bélico e policial que cresce em proporção inversa ao desmantelamento do Estado de Bem-estar Social. Basta mencionar que os Estados Unidos gastam anualmente quase um trilhão de dólares com instalações militares, guerras, espionagem e centrais de (des) informação mundial. Em sintonia com Marx que havia observado como “a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual”⁴, hoje, podemos verificar que a sofisticação das armas midiáticas e tecnológicas está sendo usada para disseminar a indignação popular contra “inimigos” artificialmente construídos e manipular medos e emoções de grandes massas em função dos interesses do sistema dominante⁵.

Crescentes pesquisadores mostram com dados impressionantes que ingressamos em uma era, que tende a se prolongar pelo século XXI, dominada por plutocratas e corporações transnacionais que aprofundam a absurda disparidade entre riqueza privada e dívida pública⁶. Entre outros ingredientes, a nova ofensiva do capital, que assume formas cada vez mais feudais, se vale também de uma desorientação política, de debilidades da esquerda e da falta de projetos alternativos de sociedade. Em poucas décadas, desmoronaram não só as experiências do assim chamado “socialismo real”, mas também as tentativas da “Terceira Via”, diversas versões de socialdemocracia, experiências de “governos progressistas” e os próprios modelos “democráticos liberais”. A decepção oriunda desses fracassos está levando ao descrédito na política e nas instituições públicas e a duvidar até das possibilidades da realização da democracia. Um clima generalizado de depressão e ceticismo parece configurar a nossa época, onde “tudo que é democrático e social desmancha no ar”.

A liquefação da democracia e do público não afeta só as cambaleantes regiões periféricas, mas os próprios países considerados avançados e “civilizados”. Nestes, além de contínuos espetáculos de corrupção e crescente abstenção eleitoral, prosperam novas

³ Bandeira, Moniz, L.A., *A desordem mundial. O espectro da total dominação*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.

⁴ Marx, K.-Engels, F., *A ideologia alemã*, Martins Fontes, São Paulo, 1998, p. 48.

⁵ Losurdo, D., *La sinistra assente: crisi, società dello spettacolo, guerra*, Carocci, Roma, 2014, pp.71ss.

⁶ Piketty, T., *O Capital no século XXI*, Editora Intrínseca, Rio de Janeiro, 2016, pp. 169ss.

formas de violência alimentada pela frustração de amplos setores espoliados pelo desemprego, o endividamento e a pauperização. É na fermentação desse caldo que está se gestando a ascensão de populistas *outsiders* e o surgimento de preocupantes segmentos de extrema direita, como é possível ver nos Estados Unidos, Reino Unido, Dinamarca, Áustria, Polônia, Alemanha, França, Itália, Holanda, Hungria, Turquia, Filipinas e, também, na Argentina e Brasil. O “estado de exceção”⁷, que como o fascismo se constitui dentro de um aparato jurídico manipulado, hoje, vem ganhando consideráveis dimensões e passa a ser naturalizado com o reaparecimento de um nacionalismo racista e grupos nazifascistas, manifestações de xenofobia, de separatismo, de protecionismo e desmonte de tratados internacionais.

Na contramão do alardeado processo de globalização turbinado pelo mercado, pela tecnologia e o entretenimento administrados por pequenos grupos, estamos assistindo à desintegração de vínculos coletivos e culturais e de projetos de unificação regional, como a Comunidade Europeia e a Latino-americana. E, por incrível que pareça, menos de 30 anos depois da queda do muro de Berlin, os países que concorreram para a sua derrubada erguem agora barreiras e muros mais vergonhosos. Até F. Fukuyama passou a se retratar sobre o “fim da história”, ao reconhecer que “a nova era de nacionalismo populista põe em risco a ordem liberal mundial”⁸. Claro, ainda que numerosos observadores do próprio sistema percebam sinais preocupantes, não significa que o capitalismo esteja nas últimas. Mas, o fato de se fechar em si para proteger seus privilégios, de recorrer cada vez mais à violência e ao sortilégio, demonstra que está perdendo a hegemonia e que deixa de ser expansivo e persuasivo.

No Brasil, pela precariedade das suas estruturas sociais e políticas, essa tendência mundial assume traços mais ruinosos e assustadores. Em poucos meses, estão sendo destruídos não apenas alguns avanços sociais, mas as próprias conquistas democráticas e um tímido esboço de soberania nacional. O golpe parlamentar-judicial-midiático desferido com o apoio do grande capital abriu o caminho não só para o desmantelamento dos direitos sociais e da indústria nacional, para a venda de patrimônios estatais e recursos naturais, mas está empurrando a população a procurar cada vez mais no setor privado os serviços básicos: saúde, educação, assistência social, segurança e previdência.

⁷ Agamben, G., *Stato di eccezione*, Bollati Boringhieri, Torino, 2003, p. 11.

⁸ Fukuyama, F., “Nova era nacionalista pode estar a caminho com a vitória de Trump”, *Folha de São Paulo*, “Caderno Mundo”, 13 de novembro 2016.

Olhando para este quadro de involução e desintegração que ocorre no mundo e no Brasil, vem à mente uma nota de Gramsci registrada no Q 6 (texto B), § 10, intitulada “passado e presente”:

«Em grandes linhas, se poderia já dizer que hoje verifica-se no mundo moderno um fenômeno semelhante àquele do descolamento entre “espiritual” e “temporal” na Idade Média: fenômeno muito mais complexo do de então, visto que a vida moderna tornou-se mais complexa. Os agrupamentos sociais regressivos e conservadores se reduzem cada vez mais à sua fase inicial econômico-corporativa, enquanto os agrupamentos progressistas e inovadores se encontram ainda na fase inicial, ou seja, econômico-corporativa [...]. Este processo de desintegração do Estado moderno, portanto, é muito mais catastrófico do que o [processo histórico] medieval que era desintegrativo e integrativo ao mesmo tempo, considerando o grupo especial que era o motor do processo histórico e dado o tipo de Estado» (p. 691).

O “pessimismo da inteligência” de Gramsci interpretava a realidade nessa perspectiva porque, enquanto na passagem do feudalismo para a modernidade abria-se uma época de revoluções, nos anos 30 do século passado o mundo ia em direção ao fascismo, ao nazismo e à “estadolatria” (Q 8, § 130, p.1053).

2. O quadro da crise dramática no Brasil

Também, hoje, a desintegração social e a decomposição do Estado Democrático de Direito no Brasil, totalmente refém dos *lobbies* corporativos e da ditadura do sistema financeiro (verdadeiro Estado no Estado), não revela apenas um retrocesso ao estágio “mais elementar econômico-corporativo” (Q 13, §17, p. 1583), mas mostra o colapso político, social e cultural com sinais crescentes de barbárie e tribalismo. O prazer destrutivo e o ódio às diferenças de um neofascismo primário que vêm se disseminando adquirem formas particularmente dramáticas no Brasil porque a perseguição contra os atos de resistência e contestação, a violação da Constituição e o recrudescimento da repressão, o conflito institucional e o confronto entre os três poderes denotam que “a anomia

absorveu a democracia brasileira”⁹. Por outro lado, também a pulverização dos protestos e a desarticulação das organizações políticas populares concorrem para um impasse político e “uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico” (Q 13, §27, p. 1619). Até agora, de fato, o que está em curso no Brasil é um processo de caráter eminentemente destrutivo, onde a alta burguesia, associada ao capital internacional e a classe média aglutinada em torno da mídia monopolista procuram aniquilar os avanços sociais promovidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e tentam lançar uma “ponte” na onda conservadora que varre o mundo. Nesse contexto, as mudanças arbitrárias na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o conjunto draconiano de contrarreformas, aprovadas às pressas e sem nenhum debate com a sociedade, afetam as bases da justiça social, desmontam as conquistas democráticas, retiram as responsabilidades fundamentais do Estado e abrem o caminho para incursões de grupos predadores que instauram “a guerra de todos contra todos”.

Instalados no poder na onda de um combate seletivo à corrupção, na disseminação do pânico da catástrofe econômica e da narrativa de salvação nacional, os golpistas se voltam agora a minar as “trincheiras e fortalezas” situadas nas escolas e universidades públicas, nas organizações da sociedade civil, nas redes sociais e nos movimentos populares, de modo a criar as bases da hegemonia não só no domínio da economia e das instituições burocráticas, mas também na esfera da cultura e da educação. Desta forma, o que está se formando no Brasil é uma ditadura de novo tipo: um coquetel letal composto de neoliberalismo financeiro selvagem, de monopólio da mídia, de fundamentalismo religioso e Estado policial. Procura-se constituir, assim, uma sociedade em torno de um falso nacionalismo e da “grande igreja da mídia” controlada por poucas “famílias” que agrupam emocionalmente a massa, mas desagregam e isolam, da mesma forma que opera a ilusória globalização ao promover uma inclusão excludente.

“A intrínseca barbárie da civilização burguesa”, que Marx desmascarou camuflada nas metrópoles e “sem velos” nas colônias¹⁰ e que Lenin mostrou na sua fase imperial com “o predomínio do capital financeiro sobre as demais formas do capital [que] implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, de alguns Estados em relação aos restantes”¹¹, hoje, é universalmente visível no “capitalismo rentista” que se reproduz pela

⁹ Santos Wanderley, G. dos, “A anomia anuncia a tirania”, em seu *Blog Segunda Opinião*, 2/12/ 2016.

¹⁰ Marx, K.,- Engels, F., *Werke*, Dietz, Berlin, 1955-1989, vol. 9. p. 225.

¹¹ Lenin, V., *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, Unicamp, Campinas, 2011, pp. 176.

apropriação dos recursos naturais, dos ativos financeiros e da propriedade intelectual¹². No Brasil, de fato, conforme a Auditoria Cidadã da Dívida, o orçamento é canalizado essencialmente para financiar os juros da dívida pública, para garantir ganhos fabulosos ao sistema financeiro e a uma ínfima parcela de credores improdutivos. Desta forma, o parasitismo e os monopólios crescentes desmentem que o capitalismo está baseado sobre a concorrência, o risco, os investimentos e o livre comércio. É o que mostram, por exemplo, os acordos estabelecidos por meio do *Internacional Security and Defense Sistem* (ISDS) dedicado a proteger investidores e dar segurança aos empreendimentos multinacionais, à revelia da jurisdição dos Estados e das regulamentações administrativas. Neste sentido, triunfalmente anunciada no Fórum Econômico Mundial de Davos, a “4ª revolução industrial” impulsiona uma maior concentração corporativa de bens e de oligopólios em setores estratégicos: na robótica, na nanotecnologia, na informática, na biologia sintética e inteligência artificial, na produção sofisticada de armas, na vigilância e no controle social, com impactos imprevisíveis sobre meio ambiente, saúde e trabalho da população. Não surpreende, portanto, se a direção impressa à globalização está produzindo a aberração de um mundo onde 1% concentra a riqueza dos 99% (conforme relatório anual da Oxfam) e continua gerando uma imensa massa de “lumpen-proletariado” pós-moderno em estado crescente de precarização, totalmente desprotegido, desenraizado, errático, sem identidade e sem organização, presa fácil da mídia, da polícia, de fundamentalistas e populistas.

Um dos retratos mais explícitos desse processo “desintegrativo” está estampado no capitalismo selvagem totalmente à solta no Brasil e conduzido por uma “elite mesquinha, covarde, violenta, rançosa e ignorante”, como a costumava definir Darcy Ribeiro. Bastaria olhar para a configuração das cidades e do campo para dar-se conta da divisão abismal e chocante de um país profundamente desagregado, desigual e embrutecido. De um lado, há um centro opulento, ultramoderno, tecnologicamente atualizado, protegido e interditado, fechado em condomínios e carros blindados, cercado de vigias e abastecido de serviços, restaurantes, lojas e sofisticados lugares de entretenimento. E, de outro lado, visivelmente

¹² Standing, G., *The Corruption of Capitalism: Why Rentiers Thrive and Work Does Not Pay*, Biteback Publishing, Londres, 2016. Neste livro o autor mostra que as empresas que nada produzem e que compram só patentes possuem um estoque que vale mais de 10 trilhões de dólares, segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompl). Assim, as indústrias intensivas em conhecimentos ganham mais com a propriedade intelectual (softwares, smartphones, google, facebook, filmes, vídeo, músicas, bancos de dados, aquisição de tecnologias etc) do que com a produção de bens e serviços.

segregada em apartheid, a imensa massa popular largada na periferia, privada das estruturas mais elementares, entregue à própria sorte, à violência e ao extermínio. Os números da matança cotidiana no Brasil superam os mortos na Síria e só não fazem tanta notícia porque não ocorrem em meio a uma guerra convencional.

3. Formação pela práxis integrativa contra a desintegração dominante

É neste contexto de desintegração humana e social, mas, também, de dispersão das esquerdas e dos movimentos sociais, que é preciso recriar a concepção de mundo fundada sobre a práxis. Uma proposta tanto mais imprescindível pelo fato de que seu objetivo é a formação criativa e unitária do ser humano e a construção de relações igualitárias e cuidadosas com os outros e a natureza. Diante do processo destrutivo operado pelo capital, não podemos nos omitir, abater ou intimidar. Pelo contrário, precisamos reafirmar com Gramsci que “o marxismo contém em si todos os elementos fundamentais, não só para construir uma concepção total do mundo, uma filosofia completa, mas para dar vida a uma total organização prática da sociedade, quer dizer, para tornar-se uma integral, total civilização” (Q 4, §14, p. 435). Portanto, se a crise nos penaliza e angustia, não podemos perder de vista que nessa circunstância a luta de classe se torna mais nítida e que pode ocorrer “um inaudito crescimento do materialismo histórico” (Q 3, § 34, p. 311) se soubermos nos organizar politicamente. Porque, “apesar de tudo – repetia Gramsci - a realidade permanece dialética” (Q 15, §62, p.1827) e os embates sociais são um campo aberto, como mostram as revoluções que constelam a história, inclusive contemporânea.

Foi, de fato, em meio à convulsão do seu tempo e à irrupção das massas trabalhadoras na cena política que Marx desenhou o esboço genial da “nova concepção de mundo”¹³. E Gramsci, em situação histórica semelhante, deu-se conta de que “a filosofia original e integral” derivada dos escritos de Marx “inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento do pensamento” (Q 7, §29, p. 877) e deflagra uma “idade histórica que provavelmente durará séculos, até o desaparecimento da Sociedade política e o advento da Sociedade regulada” (Q 7, § 33, p. 882).

¹³ ENGELS, F., “L. Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”. In: MARX, K.- ENGELS, F. *Obras escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega, s/d, p.177.

Prova da força e originalidade desta concepção revolucionária é o impacto que o pensamento inaugurado por Marx, direta ou indiretamente, continua exercendo no mundo e nas teorias econômicas, sociais, filosóficas e políticas. A própria corrente pós-moderna, que se dedicou à desconstrução das grandes narrativas e associou equivocadamente o pensamento de Marx às doutrinas massificadoras, perdeu a visão de conjunto da realidade e a razão das históricas lutas das massas populares. Ao refluir no local, no fragmento e na multiplicidade avulsa de objetos de estudo, deu fôlego ao totalitarismo do capital que, nas asas do relativismo, do anarquismo e da pulverização da realidade, viu-se mais livre para agir e triunfar. Na verdade, todo sistema totalitário e desintegrativo - advertem Marx e Gramsci - não se combate apenas com a crítica inoperante ou a defesa do próprio quintal, mas com a construção consciente, criativa e coletiva de uma “integral, total civilização” protagonizada pelas massas populares. Para desencadear um projeto dessa grandeza, anota Gramsci, é necessário em primeiro lugar criar “o espírito de ruptura e a progressiva conquista da própria personalidade histórica” (Q 25, § 5, pp.2288-9.) em condições de desafiar a classe dominante com a elaboração de uma concepção superior de sociedade, uma vez que “uma teoria é ‘revolucionária’ enquanto é elemento de separação e distinção consciente em dois campos, enquanto é vértice inacessível ao campo adversário” (Q 11, § 27, p. 1434). Além disso, para superar “a história desagregada e episódica dos grupos subalternos” (Q 25, §2, p. 2283) e alcançar uma “autonomia integral” (Q 25, §5, 2288), se faz necessário estruturar coletivamente uma proposta alternativa de civilização, ultrapassando os particularismos e o “subversivismo esporádico, elementar e desorgânico das massas” (Q 10, §41, p. 1325) e criando articulações entre as forças que se opõem ao capitalismo. Esta é a crítica contínua que Gramsci dirige à classe subalterna que em diversos momentos históricos foi derrotada porque “não soube ir além dos limites corporativos e criar-se todas as superestruturas de uma sociedade integral” (Q 5, §123, p.652). De fato, as lutas locais, específicas e setoriais, ainda que importantes, adquirem estabilidade e sentido mais amplo quando não se limitam a conquistas parciais e momentâneas, mas conseguem convergir para um projeto que revoluciona integralmente a realidade. Sem transformar o sistema como um todo, os levantes espontâneos e as batalhas moleculares correm sempre o risco de serem neutralizadas e esmagadas.

Entre os múltiplos significados que emergem dos prismas da práxis inaugurada por Marx e aprofundada por Gramsci, em outros textos focalizamos a concepção

revolucionária provocada no modo de entender a filosofia e a política ¹⁴. Aqui, diante da desintegração e “de-formação” produzidas pelo sistema vigente, nos limitamos a evidenciar alguns exemplos da profunda conexão do conceito de “práxis” com o adjetivo “integral”, uma conotação muito presente nos escritos de Gramsci e pouco abordada em estudos e pesquisas.

Na verdade, Hegel havia já desenvolvido a ideia de que o que constitui a verdade é “o inteiro”¹⁵ e, portanto, a realidade deve ser apreendida na sua totalidade histórico-dialética. Inspirados nessa visão, mas superando a mistificação de um sistema filosófico construído sobre a evolução do Espírito, Marx e Gramsci partem do protagonismo das classes desapropriadas e desenvolvem a concepção de mundo em torno de uma práxis “integral” ao estabelecer uma relação histórica, inseparável e dialética entre estrutura e superestrutura, objeto e sujeito, ação e pensamento, política e filosofia, matéria e espírito, ambiente e educação, intelectual e massa, razão e paixão, ciência e arte, indivíduo e sociedade, ser humano e natureza, trabalho e socialização, no intuito de desenvolver todas as componentes e potencialidades humanas e sociais. Esta concepção, não apenas se contrapõe frontalmente ao processo atomizador e ao poder destruidor do capital analisado acima, mas se ergue também contra todas as teorias que mutilam e deformam o ser humano, reduzindo-o exclusivamente ao universo ideal e espiritual, aos aspectos vulgarmente materialistas e naturalistas, aos interesses individuais e privados, às expressões culturais e simbólicas autorreferenciadas e exibicionistas.

A concepção de mundo construída sobre o conceito de “práxis” critica toda forma de reducionismo e mutilação, combate o niilismo e a desintegração humana, social e planetária operada por um sistema que invade, rapina, devasta, corrompe, concentra, exclui, reprime, deforma, ilude, esfarela a realidade e ergue muros. Desmonta, também, os discursos hipócritas de conciliação entre as classes, a construção do mito do “país cordial e harmonioso” que no Brasil serve a esconder a realidade brutal da desigualdade e do racismo e a evitar o enfrentamento das contradições econômicas e sociais. Lamentavelmente, até hoje, não faltam intelectuais nacionais e internacionais, como o renomado Domenico De Masi, que continuam a se utilizar desse estereótipo para agradar a

¹⁴ Semeraro, G., *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*, Ideias e Letras, 3ª ed., Aparecida/SP, 2015.

¹⁵ Hegel, F.W.G., *Lezioni sulla storia della filosofia*, 4 voll, Codignola, E.,-Sanna, G. (orgs), La Nuova Italia, Firenze, 1973, p. 12.

mídia dominante e seduzir os simplórios. Além de propagar a romântica visão da “democracia racial” e apresentar o Brasil como “grande modelo de vida para o mundo”, o intelectual midiático italiano mal consegue disfarçar seus sentimentos de discriminação, ao atribuir o caos vigente no Brasil à “infantilidade do povo”¹⁶, ignorando totalmente a história das lutas políticas populares contra as atrocidades de um dos sistemas mais desiguais e violentos do mundo. Contrariamente a tais visões, a concepção fundada sobre a práxis aponta que só haverá democracia efetiva quando se realizar a livre produção e autoprodução do ser humano e a socialização do poder econômico, político e cultural. Não temos dúvidas, portanto, que o ataque em curso contra esse projeto constitui o centro da crise mundial e volta a golpear tragicamente o Brasil.

Em um eventual *Dicionário Gramsciano* compilado a partir de adjetivos, o termo “integral” (e seus correlatos) saltaria certamente aos olhos pela riqueza e originalidade dos significados disseminados nos escritos de Gramsci. Nos diversos contextos onde este adjetivo aparece, percebe-se sua íntima vinculação com o conceito de “práxis”, “total”, “completo”, “autonomia”, “criação”, “revolução”, “nova civilização”. Na verdade, toda a obra de Gramsci tem a marca de uma visão integral do mundo, quando se observa como são abordadas articuladamente, ainda que de forma inacabada, todas as dimensões e as atividades humanas e sociais. Contrariamente aos que pensam em superar as crises com repressão, muros, supressão de direitos, cortes econômicos seletivos e ajustes fiscais, Gramsci sustenta que toda a reestruturação econômica deve estar conjugada com uma “reforma intelectual e moral”, com a construção da hegemonia popular e a “democracia de massa”¹⁷. E que estes objetivos se consolidam na criação de uma nova concepção de Estado, ou seja, um “‘Estado’ integral, com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa e perfeita” (Q 6, § 10, p. 691), onde seus integrantes se tornam “intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao orgânico desenvolvimento de uma sociedade integral, civil e política” (Q 12, §1, p.1522). Nesta perspectiva, contra a implantação de uma economia concentrada, excludente e “parasita”, Gramsci aponta para um sistema produtivo agrário e industrial voltado para as necessidades da população, com “um desenho compreensivo de racionalização integral” (Q 9, §8, p.1101).

¹⁶ De Masi, D., “Entrevista”, in *Folha de São Paulo*, Caderno Ilustrada, 27/11/16.

¹⁷ Coutinho, C., N., *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios*, Cortez, São Paulo, 1994, p. 78.

Esta concepção, evidentemente execrada pelo neoliberalismo destrutivo, antidemocrático, individualista e narcisista, se coaduna em Gramsci com a formação de uma “intelectualidade integral” (Q 11, §12, p. 1387) capaz de construir uma concepção de mundo “coerente e unitária” (Q 11, §12, p. 1385). E, em estreita conexão com esta visão, com uma educação “desinteressada” e uma “escola unitária de cultura geral” em tempo integral (Q 12, § 1, p. 1536) que saiba conectar trabalho intelectual e industrial com “toda a vida social” (Q 12, § 1, p. 1538), de modo a desenvolver todas as potencialidades humanas e sociais e a criar democraticamente nas massas populares as condições para aprender a dirigir a sociedade em todas as suas dimensões. A educação, portanto, é integral e efetiva quando leva à “elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea” (Q 24, §3, 2267) e constrói “a vontade coletiva e a vontade política no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica” (Q 13, § 1, p. 1559).

Para Gramsci, a conquista de uma “integral renovação intelectual e moral” (Q 15, §58, 1820) exige a “criação de uma nova cultura integral, que possua os aspectos de massa da Reforma protestante e do Iluminismo francês e preserve os traços da cultura clássica grega e do Renascimento italiano, uma cultura que sintetize [...] a política e a filosofia em unidade dialética intrínseca a um grupo social não apenas francês ou alemão, mas europeu *e mundial* (itálico meu)” (Q 10, §11, p.1233). Trata-se da mesma visão registrada na carta a Iulca, enviada do cárcere em 1 de agosto de 1932, onde Gramsci desenha o quadro de uma educação “de todas as faculdades intelectuais e práticas, a serem especializadas com o tempo, sobre a base de uma personalidade vigorosamente formada no sentido total e integral. O homem moderno deveria ser uma síntese das características que são idealizadas como sendo nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim dizer, o italiano da Renascença, o tipo moderno de Leonardo da Vinci feito homem-massa ou homem coletivo, mesmo mantendo a própria forte personalidade e originalidade individual”¹⁸. Desnecessário observar que Gramsci, italiano e europeu, não padece de eurocentrismo porque reconhece as peculiaridades nacionais e as dimensões mundiais.

Nesta óptica, ainda mais em época de “pós-verdade”, com Gramsci se aprende a “fazer história integral e não história parcial e exterior” (Q 10, §12, p. 1235), a “situar cada aspecto parcial na totalidade” (24, §3) e a praticar um jornalismo em condições de “difundir uma concepção integral do mundo” (Q 14, § 60, p.1719), de modo que «a ação

¹⁸ Gramsci, A., *Lettere dal carcere*, Sellerio Editore, Palermo, 1996, p. 601.

coletiva venha a tornar-se “história” concreta e completa (integral)» (Q 10, §17, p.1255). A partir das dimensões omnilaterais da práxis, portanto, também o partido “orgânico” deve ser “concebido, organizado e dirigido de tal forma que possa se desenvolver integralmente em um Estado (integral, e não em um governo tecnicamente entendido) e numa concepção do mundo” (Q 17, §51, p. 1947). Por isso, Gramsci considera “Maquiavel como político integral ou em ato” (Q 8, p.936) e os jacobinos expressão do “movimento revolucionário no seu conjunto, como desenvolvimento histórico integral, porque representavam também as necessidades futuras e não só daquelas determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais” (Q 19, § 24, p.2028).

Esta concepção integral do mundo que deriva da “totalidade concreta, categoria fundamental da realidade”¹⁹ nada tem nada a ver com a ideia falida de globalização que uniformiza midiática e tecnologicamente, potencializa economicamente e embrutece uma ínfima minoria e desintegra a grande massa. Neste sentido, a práxis integrativa desencadeada por Marx e Gramsci não se reduz à concepção de “cidadania” burguesa que “integra” a população nos registros do seu sistema de controle e transforma os indivíduos em eleitores passivos e consumidores obsessivos. Também, não significa acomodação nas formas de um comunitarismo solidarista e de grupos enclausurados em suas identidades nem se confunde com a ideologia do “integralismo”, ampla e duramente combatido por Gramsci como projeto reacionário, orientado a organizar hierárquica e imutavelmente a sociedade (Q 14, §52, p. 1711-12).

“Integral”, como procuramos mostrar com algumas recorrências evocadas dos escritos de Gramsci, está associado à concepção de uma nova civilização a ser construída na práxis das organizações políticas populares voltadas a romper com a matriz destrutiva do capitalismo, a combater toda forma de degradação humana, social e ambiental e a eliminar a corrosiva divisão de classe, a concepção superior-inferior, governantes-governados, dirigentes-dirigido. Em oposição ao sistema desintegrador dominante, a práxis integral proposta por Gramsci visa criar uma sociedade feita de uma “rica totalidade de múltiplas determinações e relações”, “autorregulada” pela realização plena de subjetividades políticas criativas e a socialização do poder econômico, político e cultural, único caminho para formar seres humanos na sua integralidade, em condições de cuidar de

¹⁹ Lukács, G., *História e consciência de classe. Estudo sobre a dialética marxista*, Martins Fontes, São Paulo, 2012, p.79

si, dos outros e do planeta e realizar a autêntica democracia pela soberania “nacional-popular”.

Neste sentido, a “práxis” marxista é diferente do conceito de “prática” e de qualquer forma de pragmatismo imediatista, utilitarista e calculista que visa eficiência, resultados e... ganhos! E é até diferente do conceito de “experiência” quando esta é entendida apenas no sentido científico ou como memória e vivência de um grupo fechado em seu universo particular. Ainda que importantes, esses significados não traduzem todo o valor revolucionário conferido à “práxis” que visa à transformação radical do estado dominante pelo desenvolvimento livre e criativo de todas as componentes humanas, sociais e ambientais protagonizado pela ação política das massas populares. Para Gramsci, tanto o conhecimento do mundo e de si mesmo como a formação das subjetividades humanas e sociais se constituem na construção da hegemonia popular para criar uma nova civilização (Q 11, 12, p. 1385). Por isso, a unidade dialética entre teoria e prática (práxis) não é uma mera característica técnica e profissional que se “aprende fazendo”, mas é uma revolucionária concepção integral de ser humano, de sociedade e de mundo que carrega o princípio teórico-prático da hegemonia e visa a transformar “de cima a baixo” a economia, a política, a filosofia, a ciência, a cultura, a educação, as relações de poder e a construir personalidades livres e associadas, em condições de realizar a “grande política: a criação de novos Estados” (Q 13, §5, p. 1564) e de dirigir democrática e integralmente a sociedade.

Recebido em 14 de março de 2017

Aceito em 02 de abril de 2017

Editado em 28 de julho de 2017